

# Diário do Legislativo de 19/10/2010

## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio - PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues - PDT

## SUMÁRIO

### 1 - ORDENS DO DIA

#### 1.1 - Plenário

#### 1.2 - Comissões

### 2 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

#### 2.1 - Plenário

### 3 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### 4 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

## ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 75ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 19/10/2010

### 1ª Parte

#### 1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

#### 2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

#### 1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

#### 2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.687/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a ceder, a título oneroso, direitos creditórios originários de créditos tributários e não tributários ou integrantes de carteiras de ativos diversos e demais créditos de propriedade do Estado de Minas Gerais. (Faixa constitucional.) A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresentou. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opina pela rejeição da Emenda nº 2.

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.699/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a negociar os direitos e créditos de natureza agrícola securitizados, adquiridos pelo Estado no processo de privatização do Banco do Estado de Minas Gerais S. A. - Bemge - e do Banco de Crédito Real de Minas Gerais S. A. - Credireal -, alongados nos termos da Lei Federal nº 9.138, de 29/11/95 e da Resolução nº 2.238, de 31/1/96, do Banco Central do Brasil, regidos pelas normas específicas ditadas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN - e dá outras providências. (Faixa constitucional.) A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opina pela aprovação das Emendas nºs 2, 3 e 4.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 4.698/2010, da Mesa da Assembleia, que dispõe sobre o estágio probatório no âmbito da Assembleia Legislativa e dá outras providências. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.238/2009, do Deputado Zezé Perrella, que cria no âmbito do Estado de Minas Gerais o Banco de Ossos para fins de transplante e dá outras providências. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.277/2009, da Comissão de Participação Popular, que altera o art. 3º da Lei nº 11.824, de 6/6/95, que dispõe sobre a obrigatoriedade da veiculação de mensagens de conteúdo educativo nas capas e nas contracapas de cadernos escolares adquiridos pelas escolas públicas. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.642/2009, do Deputado Jayro Lessa, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública - Conseps - localizados no Estado. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.135/2010, do Governador do Estado, que autoriza a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - Fapemig - a alienar os imóveis que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do Dia da 8ª Reunião Ordinária da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 19/10/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 15ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 19/10/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 4.716/2010, do Deputado Doutor Rinaldo Valério; 4.738/2010, do Deputado Tenente Lúcio.

Requerimentos nºs 6.565/2010, da Comissão de Participação Popular; 6.598/2010, do Deputado Délio Malheiros; 6.615/2010, 6.617/2010, 6.618/2010, 6.638/2010 e 6.671/2010, do Deputado Wander Borges e 6.674/2010, da Comissão de Segurança Pública.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 16ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição e Justiça na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14 horas do dia 19/10/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 4.821/2010, do Deputado Irani Barbosa.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 3.218/2009, do Deputado Domingos Sávio; 3.399/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 3.935 e 3.953/2009, do Deputado José Henrique; 4.182/2010, do Deputado Délio Malheiros; 4.283/2010, do Deputado Zezé Perrella; 4.326/2010, do Deputado Zé Maia; 4.459/2010, do Deputado Ruy Muniz; 4.543/2010, do Deputado Lafayette de Andrada; 4.613/2010, do Deputado Marcus Pestana; 4.672/2010, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 4.691/2010, do Deputado Carlin Moura; 4.792/2010, do Deputado Leonardo Moreira;

4.833/2010, do Deputado Sargento Rodrigues; e 4.847/2010, do Deputado Lafayette de Andrada.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.583/2008 e 3.105/2009, do Deputado Paulo Guedes; 3.555/2009, do Deputado Antônio Carlos Arantes; 3.605/2009, do Deputado Durval Ângelo; 4.266/2010, do Deputado Paulo Guedes; 4.275/2010, do Deputado Arlen Santiago; 4.365/2010, do Deputado Padre João; 4.447/2010, do Deputado Dimas Fabiano; 4.550/2010, do Deputado Padre João; 4.624/2010, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 4.635/2010, do Deputado Dilzon Melo; 4.638/2010, do Deputado Neider Moreira; 4.657/2010, do Deputado Sávio Souza Cruz; 4.661/2010, do Deputado Fábio Avelar; 4.708/2010, do Deputado Dinis Pinheiro; 4.750/2010, do Deputado Domingos Sávio; 4.773/2010, do Governador do Estado; 4.776/2010, do Deputado Alberto Pinto Coelho; 4.777/2010, da Deputada Maria Tereza Lara; 4.779/2010, do Deputado Inácio Franco; 4.782/2010, do Deputado Getúlio Neiva; 4.783/2010, do Deputado Jayro Lessa; 4.785 e 4.786/2010, do Deputado Mauri Torres; 4.794/2010, do Deputado Domingos Sávio; 4.795/2010, do Deputado Antônio Carlos Arantes; 4.798/2010, do Deputado Elmiro Nascimento; 4.799 e 4.800/2010, do Deputado Durval Ângelo; 4.804/2010, do Deputado Carlos Gomes; 4.809/2010, do Deputado Fahim Sawan; 4.810/2010, do Deputado João Leite; 4.813/2010, do Deputado Padre João; 4.818/2010, do Deputado Wander Borges; 4.825/2010, do Deputado Neider Moreira; 4.826/2010, da Deputada Rosângela Reis; 4.827, 4.828 e 4.829/2010, do Deputado Eros Biondini; 4.831 e 4.832/2010, do Deputado Carlin Moura; 4.834 e 4.835/2010, do Deputado André Quintão; 4.836/2010, do Deputado Juninho Araújo; 4.837/2010, do Deputado Bráulio Braz; 4.839/2010, do Deputado Rômulo Veneroso; 4.843 e 4.844/2010, do Deputado Padre João; 4.845/2010, do Deputado Tenente Lúcio; 4.846/2010, do Deputado Dilzon Melo; 4.851 e 4.852/2010, da Deputada Rosângela Reis; 4.853/2010, do Deputado Zezé Perrella; 4.861 e 4.862/2010, do Deputado Paulo Guedes; 4.864/2010, da Deputada Gláucia Brandão; e 4.865/2010, do Deputado Marcus Pestana.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 20ª Reunião Ordinária da Comissão de Administração Pública na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 19/10/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 6.599, 6.630 a 6.634 e 6.640 a 6.643/2010, do Deputado Wander Borges; 6.650/2010, do Deputado Doutor Viana; e 6.658 a 6.660/2010, do Deputado Doutor Ronaldo.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 27ª Reunião Ordinária da Comissão de Segurança Pública na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 19/10/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 13ª Reunião Ordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 15h15min do dia 19/10/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Mensagem nº 534/2010, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.774/2009, 4.761, 4.765 e 4.768/2010, do Deputado Padre João; 4.610/2010, do Deputado Dinis Pinheiro; e 4.724/2010, da Deputada Cecília Ferramenta; e Requerimento nº 6.472/2010, da Comissão de Administração Pública.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 20ª Reunião Ordinária da Comissão de Redação na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 20/10/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

## 2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir e votar pareceres em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

# EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

### Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 20 horas do dia 19/10/2010, destinada, na 1ª Parte, à leitura e à aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, na 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e na 2ª Fase, à apreciação do Projeto de Resolução nº 4.698/2010, da Mesa da Assembleia, que dispõe sobre o estágio probatório no âmbito da Assembleia Legislativa e dá outras providências; dos Projetos de Lei nºs 3.238/2009, do Deputado Zezé Perrella, que cria no âmbito do Estado de Minas Gerais o Banco de Ossos para fins de transplante e dá outras providências; 3.277/2009, da Comissão de Participação Popular, que altera o art. 3º da Lei nº 11.824, de 6/6/95, que dispõe sobre a obrigatoriedade da veiculação de mensagens de conteúdo educativo nas capas e nas contracapas de cadernos escolares adquiridos pelas escolas públicas; 3.642/2009, do Deputado Jayro Lessa, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública - Conseps - localizados no Estado; 4.135/2010, do Governador do Estado, que autoriza a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - Fapemig - a alienar os imóveis que especifica; 4.687/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a ceder, a título oneroso, direitos creditórios originários de créditos tributários e não tributários ou integrantes de carteiras de ativos diversos e demais créditos de propriedade do Estado de Minas Gerais; e 4.699/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a negociar os direitos e créditos de natureza agrícola securitizados, adquiridos pelo Estado no processo de privatização do Banco do Estado de Minas Gerais S. A. - Bemge - e do Banco de Crédito Real de Minas Gerais S. A. - Credireal -, alongados nos termos da Lei Federal nº 9.138, de 29/11/95, e da Resolução nº 2.238, de 31/1/96, do Banco Central do Brasil, regidos pelas normas específicas ditadas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN - e dá outras providências; e a discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 18 de outubro de 2010.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

## TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 4.711/2010

Comissão de Direitos Humanos

Relatório

De autoria da Deputada Cecília Ferramenta, o projeto de lei em epígrafe visa a declarar de utilidade pública o Movimento Gay e Simpatizantes do Vale do Aço – MGS –, com sede no Município de Ipatinga.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.711/2010 pretende declarar de utilidade pública o Movimento Gay e Simpatizantes do Vale do Aço – MGS –, com sede no Município de Ipatinga, entidade que possui como finalidade defender os direitos e interesses desse segmento da sociedade.

Na consecução de sua meta, o MGS conscientiza as pessoas da importância de cada um como ser humano, para que se tornem cidadãos dignos e respeitados; oferece orientação, especialmente aos homossexuais; combate qualquer manifestação de discriminação; incentiva, apoia e divulga trabalhos culturais, artísticos, literários e desportivos nas comunidades em que atua; firma parceria com entidades e movimentos sociais que visam à inclusão social e à promoção da paz.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.711/2010, em turno único.

Sala das Comissões, 14 de outubro de 2010.

Fahim Sawan, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 4.745/2010

Comissão de Direitos Humanos

## Relatório

De autoria do Deputado Luiz Humberto Carneiro, o projeto de lei em tela visa a declarar de utilidade pública a Associação Inzo de J'Inkise Luango e Kaitumbá, com sede no Município de Uberlândia.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

## Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.745/2010 pretende declarar de utilidade pública a Associação Inzo de J'Inkise Luango e Kaitumbá, com sede no Município de Uberlândia, entidade que possui como finalidade o estudo, o resgate, a preservação e a divulgação das culturas de matriz africana, além da defesa dos direitos e dos interesses dos afrodescendentes, bem como a busca de melhor qualidade de vida para todos.

Na consecução de seus propósitos, a entidade promove ações nas áreas de assistência social, educação, esporte e lazer; garante a participação democrática dos cidadãos que assiste junto ao poder público; oferece assistência aos carentes, especialmente crianças, adolescentes, idosos e portadores de necessidades especiais; e incentiva a cordialidade, a união e a solidariedade entre seus membros.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

## Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.745/2010, em turno único.

Sala das Comissões, 14 de outubro de 2010.

Fahim Sawan, relator.

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 18/10/10, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

#### Gabinete da Deputada Gláucia Brandão

exonerando Amanda Regina da Rocha Marinho do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

exonerando Mariana Silveira Paiva do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

exonerando Rachel Neves Dourado do cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão VL-43, 8 horas;

nomeando Amanda Regina da Rocha Marinho para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas;

nomeando Rachel Neves Dourado para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão VL-47, 8 horas.

#### Termo de Aditamento

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Maxsys Brasil Comércio e Serviços Ltda. Objeto: prestação de serviços de cópia reprográfica. Objeto deste aditamento: 1ª prorrogação do contrato, com manutenção de preço. Vigência: 12 meses a partir de 30/11/2010. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.